

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO DO PROJETO FERRO-CARAJÁS

2ª Parte

Coloquei em relatório anterior que o Projeto Ferro Carajás assim como um de seus apêndices, o Projeto de Apoio As Comunidades Indígenas atingidas pela construção da Ferrovia, inseriam-se num contexto mais amplo a nível internacional, nacional e indigenista, fato que analisei brevemente naquela ocasião. (Relatório nº 2 - Julho de 1983 - Xicrin do Catetê). Considero a implantação do Projeto de Apoio em si (isto é, desligado dos efeitos diretos da construção da ferrovia) como o maior causador de impacto. Considero o Projeto de Apoio um "pacote" que no momento de sua implantação provocou um certo número de situações inéditas perfeitamente previsíveis, porém, para um cientista social. Para mim, o importante, no início do projeto, era assegurar as bases para um debate público a respeito do Projeto, o que a meu ver foi plenamente conseguido.

O Projeto de Apoio revelou-se, além de tudo, uma faca de dois gumes. Exigindo-se a demarcação das terras indígenas e um apoio efetivo às comunidades, de maneira explícita a nível nacional e internacional, isto é, diante da imposição externa da conjunção: financeiramente/índios, o Governo reagiu com uma certa brutalidade, inédita na esfera indigenista ao desfechar sobre as comunidades indígenas, em 1983, uma avalanche de decretos anti-indígenas (vide documento anexo). A CVRD, por falta de vocação e informação, mostra uma certa dificuldade em vislumbrar o aspecto político da questão. O Projeto de Apoio não é meramente assistencial. Me parece que atualmente falta a CVRD uma assessoria para a área de ciências humanas e uma assessoria jurídica indigenista, civilista e constitucionalista. Isto é falta uma equipe articuladora que possa fornecer a CVRD os meios de pressão cabíveis e legais para o desenvolvimento do Projeto.

Não cabe aqui uma análise mais aprofundada sobre a natureza e significado destes projetos. Este trabalho será realizado e publicado posteriormente pela equipe de antropólogos da ABA.

Neste momento, bastante desgastante, do "vai ou racha", quer nos parecer que reiterar orientações concretas para a ação é ainda a melhor contribuição que podemos oferecer. A

CVRD, na verdade, pediu este relatório suplementar simplesmente para preencher o tempo de sua própria indefinição. Atualmente, a CVRD, que conta com uma assessoria desde 1982, possui todos os elementos para firmar uma posição. Por enquanto, mais uma vez, vou me ater estritamente ao caso Xikrin, conforme os termos de meu contato com a CVRD, apontando os acontecimentos principais ocorridos no PI Cateté, desde outubro de 1983 (data do meu último relatório) até janeiro de 1984.

I. Terra: o problema da terra ainda não foi solucionado. O processo da invasão da fazenda Grê Reatã continua na mesa do juiz, em Belém, há mais de 11 meses. A CVRD se comprometeu a acompanhar o caso, mas até agora não tive nenhuma notícia concreta de que isto esteja sendo feito. Ora, a CVRD possui os meios de pressão e recursos para que este caso seja resolvido. Ninguém espera que a FUNAI resolva o caso, mas colocou-se alguma esperança na atração da CVRD.

Diante da abertura, por decreto presidencial, das áreas indígenas para as companhias de mineração (há um grande número de pedidos para o Cateté), os índios precisam saber se a sua reserva, localizada na área de influência de Carajás, será preservada contra a entrada de garimpeiros, companhias privadas e da própria CVRD, Docigeo, etc.

II. Para a execução do Projeto a nível de programação efetiva para cada aldeia assim como de coordenadoria mais geral a nível regional, não me parece oportuno apresentar esta parte agora, até que a CVRD se defina com relação ao nosso trabalho, mesmo porque a reprogramação do projeto e do trabalho a ser desenvolvido nas áreas, depende da clareza que teremos sobre a natureza de nossa assessoria. Deve ficar muito claro que nós, antropólogos, para o desempenho de nossa função de análise crítica e de uma assessoria que não passa do que está escrito no papel, não precisamos de um contrato com a CVRD. Esta função, a desempenhamos muito bem enquanto professores universitários, pesquisadores ou simples cidadãos. O que nos interessa, enquanto assessores da CVRD é que através de uma Companhia Estatal, isto é, com poder e recursos e, sem dúvida, com responsabilidade moral a nível nacional, seja executado, na medida do possível, aquilo que é previsto na Constituição, na lei (Estatuto do Índio) e no Convênio CVRD/FUNAI.

III. Etnografia do Cotidiano no Posto Cãtetê - outubro 1983 - janeiro 1984.

a) Saúde

a.1. A água do rio: segundo os Índios o rio Catetê apresenta grande quantidade de espuma em suas margens. Valeria a pena ser analisado.

a.2. O poço aberto na última semana de outubro de 1983, foi contaminado pela fossa que se encontra a menos de 3 metros! Este poço não foi construído segundo a orientação de um técnico da CVRD como foi pedido em nosso relatório, mas foi executado pelo braçal do Posto, sem experiência no assunto. Segundo um técnico da CVRD só poderá ser aberto um novo poço em junho de 1984. Como a verba prevista no 2º semestre de 1983 para os poços era de 12000 dólares, isto é, 12 milhões de cruzeiros! É preciso averiguar porque este serviço não foi adequadamente executado.

a.3. Microscópios: os dois microscópios do PI Catetê estão em Marabá há meses, pois já foram comprados com defeito. Além disso, foram adquiridos microscópios eletrônicos, que não têm condições de funcionamento no Posto.

a.4. Fossas sanitárias: o problema da água obviamente reflete no problema de saneamento e higiene. É necessário resolver com competência esta questão.

a.5. A malária por vivax e falciparum continua a causar mortes na aldeia. É necessário o envio dos microscópios, há 2 anos retidos na Ajudância e a compra de mosquiteiros para toda a aldeia.

a.6. Não sabemos porque o chefe Bemoti doente, por 2 meses, foi levado para casa do Índio em Belém, quando os doentes deveriam ser encaminhados ao hospital de Carajás. Há um Índio, Ikrure, cujo estado vem piorando. A sua doença, presuntamente tuberculose, precisaria ser novamente diagnosticada.

a.7. Há um excesso de açúcar no Posto. Em um mês entraram mais de 500 kilos. A verba de sustentação do Posto, colocada pelo Projeto Carajás, vem sendo usada sem orientação possível, já que ela é imposta, não controlada, e precisa ser gasta. Isto é, os Índios não podem, como fazem com o dinheiro da castanha, colocá-la na poupança. O chefe de Posto, cuja atuação fica muito limitada pela caótica imposição de recursos de Carajás, mal pode conter as exigências dos Índios em comprar açúcar. É preciso exigir discriminação de artigos comprados para o Posto. Eliminar rapidamente a restrição da cantina e permitir que a verba de sustentação se-

ja colocada pelos índios na poupança. Faz-se necessário enviar um dentista à aldeia.

b. As contratações pelo Projeto Carajás.

Há atualmente um excesso de funcionários no Cateté e que precisam ser urgentemente removidos.

Remover o braçal Sr. Monteiro e sua esposa Ivanilde, que já tiveram problemas em Gorotire de onde saíram fugidos sob ameaça de morte. Foram reconhecidos no Cateté por famílias que moravam no Gorotire. O clima está bastante tenso. Remover o piloto de barco, Fabiano, pessoa que dá mal exemplo, incentivando os índios a fazerem forrões, etc.

Remover o auxiliar de piloto também. Os índios Aokre e Bepdjare são pilotos e querem exercer a função. Não há nenhuma razão para contratar dois pilotos.

Remover o técnico agrícola, Adelson. Já que o chefe do Posto é técnico agrícola, não há razão de se contratar este moço, mal preparado tecnicamente, que tem o hábito de fazer uso indiscriminado de pesticidas e herbicidas, dando DDT para os índios empregarem em suas roças sem a mínima orientação.

Os índios se desinteressam em participar das atividades do Posto vendo tantos brancos ociosos o dia todo, além de notarem o mal exemplo das fofocas, brigas e disputas a que os mesmo se dedicam. O chefe do Posto me disse pelo telefone que não possui condições para lidar com esta situação imposta de cima, pelo Projeto. O meu receio é que o dia em que os índios se cansarem da situação ponham todos para fora de vez.

Este excesso de empregados precisa ser urgentemente resolvido. Não há nenhuma razão para a permanência destas pessoas no Cateté. Pessoalmente não penso voltar à aldeia antes que seja sanada esta situação.

Aliás a mesma situação constrangedora existe no PI Sororô, onde os funcionários se dedicam a forrões e bebedeiras por falta do que fazer. Os índios Suruí estiveram em São Paulo, denunciando estas ocorrências. Alegam também que o Projeto Carajás não está beneficiando os Suruí mas apenas a FUNAI.

c. Projeto Educação

A FUNAI desconsiderou totalmente o fato da CVRD ter apresentado plantas para as construções da escola e farmácia, impondo o modelo padrão de construção da FUNAI. A alega-

ção foi de que a construção segundo a planta da CVRD é muito cara! perguntamos: quem paga? A FUNAI ou a CVRD?

Apesar da cartilha ter sido produzida e em uso, toda a programação de educação foi prejudicada. Uma primeira lista de material escolar foi enviada a CVRD. A FUNAI, porém, passou um rádio ao PI Cateté avisando que a Vale não compraria nada do previsto, pois a verba estava em Marabá. Foi elaborada uma segunda lista urgente, mas não foi possível adquirir nem o essencial em Marabá, devido a pouca variedade de mercadoria naquela cidade. Não entendemos porque a programação não foi seguida.

Por outro lado, o salário pago aos professores do PI Cateté é vergonhoso. Não se pode alegar falta de recursos. É preciso providenciar uma construção de escola adequada e material escolar adequado.

d. Retirada de doentes.

Foi negada pela FUNAI a retirada da aldeia, por via aérea, da profa. Marianne Kawal e do prof. Primo, acometidos de doença. Há 15 anos que trabalho no Cateté e isto nunca aconteceu anteriormente.

Considerando que em 1982, 99% da verba do Pará, para o Projeto Carajás, foi gasta em viagens não justificadas, considerando que em 1983, 11 trabalhadores, sem controle médico, foram levados e retirados por via aérea para o Cateté, contaminando toda a aldeia, não se pode aceitar, que de repente, seja negada a retirada de um funcionário da FUNAI, quando doente.

e. O Caso dos Assurini do Trocarã.

Este grupo, também atingido pelo Projeto Carajás, mereceria ser beneficiado. Entretanto diante do desastroso desempenho do Projeto de Apoio me parece, por enquanto, melhor não incluí-los desde já. O delegado da 2 DR de Belém, o Sr. Salomão está dando alguma atenção ao caso. Em junho de 1984 volta para a área a antropóloga Lúcia Andrade da USP. A partir do segundo semestre de 1984 poderá então começar a ser programado um projeto de apoio para aquele grupo.

f. O Caso do Grupo Gavião da Montanha.

Diante da ineficácia das intervenções jurídicas da CVRD, a Comissão Pró-Índio de São Paulo resolveu se encarregar de encaminhar o caso através de seus advogados e da antropóloga Iara Ferraz que se deslocaram para a área em fins de novembro.

Em julho, a antropóloga Lúcia Andrade tinha feito um levantamento da situação da família do Paiarê nas terras Gavião ocupadas pelas obras da Hidrelétrica de Tucuruí. A Eletronorte reconheceu estar ocupando terras indígenas e entrou em acordo com os índios, indenizando a comunidade para que possa comprar terra na região de Mãe Maria para onde os remanescentes do grupo da Montanha se deslocavam. Resta se estabelecer um apoio à comunidade Gavião diante desta nova situação. Os índios estão pedindo a presença da antropóloga Iara Ferraz na área para discutir o assunto.